



Porto Alegre, 08 de agosto de 2023.

Pedido de Providências urgente em benefício das populações vulneráveis do Litoral Norte de São Paulo impactadas pela tragédia climática ocorrida no último mês de fevereiro de 2023.

Para

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO/SP

Exmo. Sr. Prefeito Felipe Augusto

segov@saosebastiao.sp.gov.br

Coordenação da Defesa Civil de São Sebastião/SP

defesacivil@saosebastiao.sp.gov.br

c/c

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Unidade São Sebastião/SP

Defensora Patrícia Oliveira

pmoliveira@defensoria.sp.def.br

Defensor Jairo Salvador

jssouza@defensoria.sp.def.br



PROMOTORIA DE DIREITOS HUMANOS DE SÃO SEBASTIÃO/SP

Promotor Renato Gonçalves Azevedo

renatoazevedo@mpsp.mp.br

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – CNDH

Ilmo. Presidente André Carneiro Leão

cndh@mdh.gov.br

Comissão de Direito à Cidade – CNDH

Getúlio Vargas Jr.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Secretaria de Acesso à Justiça

Secretário Marivaldo Pereira

saju@mj.gov.br

Assessor Jonata Silva

Jonata.silva@mj.gov.br

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Secretaria de Promoção dos Direitos Humanos

gab.sndh@mdh.gov.br

Ana Karolina Almeida da Silva

ana.almeida.prestador@mdh.gov.br

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Secretaria de Políticas para Territórios Periféricos

Secretário Guilherme Simões

executiva.cidades@mdr.gov.br



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

Secretaria de Mudanças Climáticas

Secretária Ana Toni

gab_smc@mma.gov.br

ana.toni@mma.gov.br

Ref.: Pedido de providências urgentes em função da Missão-Denúncia sobre os Impactos das Tragédias Climáticas e Contra os Despejos na Baixada Santista e Litoral Norte de São Paulo realizadas nos dias 24-26 de julho de 2023.

Estimado Sr. Prefeito,

A MISSÃO-DENÚNCIA SOBRE OS IMPACTOS DAS TRAGÉDIAS CLIMÁTICAS E CONTRA OS DESPEJOS NA BAIXADA SANTISTA E LITORAL NORTE DE SÃO PAULO é uma ação coletiva organizada pelo CDES Direitos Humanos, Fórum Nacional da Reforma Urbana-FNRU, Campanha Despejo Zero em defesa da Vida na cidade e no campo, Conselho Nacional de Direitos Humanos e ainda das entidades e movimentos sociais locais de luta por direitos.

A missão-denúncia realizou visitas nos dias 24 e 25 de julho de 2023 em comunidades vulneráveis impactadas pelos desastres climáticos e ameaçadas de despejos na cidade de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá/SP e Bertioga e São Sebastião/SP. Além disso, realizou reuniões com autoridades e as comunidades, e audiência pública na perspectiva de se garantir providências às demandas existentes.



Nesse sentido, a Missão-Denúncia identificou graves violações aos direitos humanos nas visitas realizadas por conta da tragédia climática ocorrida no Litoral Norte de SP. Foram visitadas as comunidades Juquehy: Morro do Esquimó e Pantanal – Vila do Sahy e Baleia Verde - Boiçucanga: Beira Rio e Tropicanga e as famílias realocadas nos prédios da CDHU em Bertioga: Quaresmeira. Foram identificadas graves violações aos direitos humanos nessas visitas e que impactam a vida e a dignidade humana das famílias e comunidades atingidas, até a data de hoje. Passados quase 6 meses da referida tragédia, as famílias impactadas ainda convivem com violações ao direito à moradia digna já que ainda estão sob risco de vida por viverem em área de risco, tendo algumas saído das Pousadas e voltado para suas casas que já tinham sido impactadas.

Além disso, a Missão-Denúncia apurou na visita que as soluções de moradia encontradas pelos poderes públicos não garantem acesso à moradia gratuita às famílias atingidas, já que devem pagar pelas moradias, mesmo que tenham passado por uma tragédia. Foi também identificado pela missão-denúncia que as comunidades carecem ainda de solução definitiva para o acesso água de qualidade, não tem acesso a benefícios sociais e nem mesmo a renda mínima emergencial, não tiveram indenização pela perda de sua moradia, seus bens, em muitos casos não tiveram pagamento de indenização pela morte de familiares por conta da tragédia.

Outro ponto que foi denunciado para o coletivo da Missão é que as famílias e comunidades impactadas estão sem acesso a qualquer tipo de informação sobre os impactos da tragédia nas comunidades e as alternativas construídas pelo poder público para solução dos problemas enfrentados, sem espaço para participação e serem escutados.



Por fim, a missão-denúncia apurou em visita, que as ações de defesa das comunidades para evitar o risco de novas tragédias não foram adotadas na sua totalidade, havendo ainda necessidade de proteção das moradias e das comunidades contra novos escorregamentos de morros e inundações de rios que se encontram totalmente assoreados. A missão-denúncia informa ainda que estará elaborando um relatório sobre a referida visita que, infelizmente, não teve acesso aos poderes públicos que não participaram da mesa de Diálogo realizada com a Defensoria Pública Estadual a promotoria de Direitos Humanos.

Nesse sentido, a Missão-Denúncia elabora os seguintes Pedidos de Providência, em caráter de urgência:

1. Designação de Audiência Pública pela Promotoria de Direitos Humanos de São Sebastião/SP em conjunto com a Defensoria Pública de São Sebastião/SP a ser definida na Mesa de Diálogo;
2. Elaboração pela Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP e pela Defesa Civil de um Plano de Redução de Riscos aos Desastres para as comunidades atingidas pela tragédia e que estão em estado de vulnerabilidade climática, com tomadas de medidas concretas, tais como: obras de contenção de encostas, desassoreamento de rios, proteção das moradias em situação de risco, sistema de alerta contra chuvas e inundações, abrigos provisórios em cada comunidade em caso de alerta, entre outras medidas que se fizerem necessárias. Essa ação deverá contar com apoio do Ministério do Meio Ambiente e supervisionado pelo Ministério Público e Defensoria.
3. Realização de obras pela Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP e pela Defesa Civil de recuperação das áreas devastadas nas comunidades com retirada da lama existente, entulhos, restos das casas e dos veículos retorcidos que ainda estão nesses locais, dando condições de mobilidade para as comunidades;
4. Garantia de acesso à água encanada de qualidade assim como reconstrução ou realização de obras de saneamento pela Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP à todas as comunidades impactadas pela tragédia climática;



5. Mutirão de atendimento pelo CRAS – Centro de Referência em Assistência Social em todas as comunidades atingidas para viabilizar o acesso efetivo aos programas de renda mínima também aos benefícios sociais, além de recebimento do FGTS;
6. Garantia de pagamento de auxílio de renda mínima pela Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP para todas as famílias atingidas, além de pagamento de indenização pelos prejuízos sofridos com a tragédia. Esta ação deverá contar com o apoio do Ministério do meio Ambiente.
7. Estruturação da Defesa Civil de São Sebastião/SP com o aumento do quadro técnicos e a realização de concurso e de diversas áreas do conhecimento. Esta ação deverá contar com apoio do Ministério do Meio Ambiente.
8. Elaboração pela Defensoria Pública Estadual de Laudos Técnicos de Risco das moradias que estão pendentes de elaboração de laudo;
9. Avaliação técnica por técnicos da Defensoria Pública Estadual e da Promotoria de Justiça de São Sebastião/SP dos prédios que estão sendo construídos pela CDHU na comunidade Baleia Verde/Juquehy, onde o local se mostra inapropriado e alagadiço;
10. Identificação pela CDHU dos danos e reparos das moradias impactadas pelas construção dos prédios na comunidade Baleia Verde/Juquehy. A obra provocou rachaduras nas casas dos moradores e o maquinário impede o acesso de prestação de serviços as moradias existentes.
11. Doação pela CDHU das moradias em construção para as famílias atingidas a título de indenização e que o reassentamento dos moradores não seja mediante pagamento;
12. Construção pela Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP e pelo Governo do estado de SP de moradia definitiva, gratuita, segura e no território para todas as famílias atingidas pela tragédia climática. Essa ação deverá contar com apoio do Ministério das Cidades e supervisionada pelo Ministério Público;
13. Garantia pela Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP de acompanhamento psicológico para todas as famílias que demonstrarem interesse;



14. Instalação pelo Governo do estado de São Paulo de unidade do Corpo de Bombeiros na Costa Sul de São Sebastião/SP;

15. Proteção pela Defensoria Pública Estadual e pela Promotoria de Direitos Humanos das lideranças comunitárias perseguidas e ameaçadas na cidade de São Sebastião/SP. Essa ação deverá contar com apoio do Ministério dos Direitos Humanos e do Ministério da Justiça.

16. Continuidade da Mesa de Diálogo instalada pela Defensoria Pública Estadual unidade de São Sebastião/SP com a participação das autoridades e lideranças das comunidades ameaçadas, com designação de uma próxima para o próximo mês de Setembro/2023;

17. Realização de Mutirão pela Defensoria Pública Estadual unidade de São Sebastião/SP nas comunidades atingidas pela tragédia climática e também na comunidade Quaresmeira em Bertioga.

18. Transparência na aplicação dos recursos públicos por parte da Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP assim como a prestação de contas em relação as doações recebidas em nome dos atingidos para o enfrentamento a tragédia.

Atenciosamente,

Fórum Nacional da Reforma Urbana

Campanha despejo Zero em defesa da Vida na cidade e no campo

CDES Direitos Humanos

Habitat para Humanidade

Rede Jubileu Sul Brasil

Plataforma DHESCA Brasil

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Comitê de Atingidos do Litoral Norte de SP

Coletivo Caiçara



Instituto Pólis

Associação de favelas de São José dos Campos